Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr tem como alguns de seus objetivos: oferecer ensino superior de qualidade, e desenvolvimento de pesquisa, extensão, tecnologias e inovação nas diversas áreas do conhecimento e concretizando a sua inserção social e regional; formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, colaborando na sua formação contínua, tornando-os aptos para a para sua inserção em setores profissionais e desenvolvimento da ciência, da sociedade civil; fomentar a integração ensino-serviço-comunidade estimulando o conhecimento dos problemas do mundo presente considerando as análises globais, regionais e locais atuais e do passado, no intuito de ofertar uma educação superior, pesquisas e ações de extensão adequadas à realidade da sociedade prestando serviços especializados à comunidade, dentre outros.

Apresenta-se a descrição das necessidades identificadas neste Estudo Técnico Preliminar para a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). A identificação da necessidade possibilita a contratação de soluções potencialmente mais eficientes, posto que a realização de Estudos Técnicos previamente delineados conduz ao conhecimento das novas modelagens /metodologias oferecidas pelo mercado para o atendimento das necessidades da UFDPAr, resultando, assim na melhoria da qualidade do gasto e uma gestão eficiente, eficaz dos recursos públicos

A necessidade da contratação através de gerenciamento da frota no abastecimento de combustíveis se relaciona às peculiaridades das atividades desenvolvidas pela UFDPAr em todas as suas unidades, ficando inviável o cadastramento ou mesmo a contratação de fornecedores específicos de posto de combustíveis em cada localidade. Desta forma, a UFDPAr firmará ajuste com uma única empresa, que se encarregará de credenciar nas unidades indicadas pelo contratante, postos de abastecimento, permitindo agilidade e flexibilidade na utilização dos serviços por este Poder.

Essa contratação permitirá o gerenciamento da frota em relação aos abastecimentos de combustíveis dos veículos oficiais, barcos e grupos geradores por meio de tecnologia de cartões magnéticos ou com chip.

Tendo em vista a criação da UFDPAr pelo desmembramento da UFPI, torna imperiosa a necessidade de um contrato para abastecimento de combustível, totalmente desvinculado da UFPI.

Necessidade/Objeto: Contratação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis através de sistema informatizado nacional e internacional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Transportes - UFDPAr	Leonardo Oliveira de Miranda

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Caso a solução seja considerada viável, os requisitos da contratação estarão definidos no Edital, Termo de referência e respectivos anexos do certame licitatório que originou a Ata de Registro de Preços a qual a Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr pretende aderir como órgão não participante do registro de preços, devendo ser observado o disposto no Art. 22 do Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que "Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993." A pesquisa de preço de mercado para aferir a vantajosidade econômica da aquisição deverá ser realizada observando-se os termos da Instrução Normativa nº. 73, de 5 de agosto de 2020.

Trata-se de bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Estudo Técnico Preliminar, por meio de especificações usuais praticadas no mercado. Esta classificação encontra amparo legal no Decreto 10.024/2019, art. 3º, II: Consideram-se bens/produtos/serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

A empresa contratada deverá obedecer rigorosamente às normas e legislações específicas listadas abaixo, bem como outras que sejam pertinentes ao escopo da contratação:

- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ABNT correlatas;
- Normas e especificações constantes no Termo de Referência;
- Normas de Segurança do Trabalho;
- Disposições legais da União e do Governo Local;
- Prescrições e recomendações dos fabricantes relativas ao emprego, uso, transporte e armazenagem do produto;
- Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essa.

Onde as normas faltarem ou forem omissas, deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica, bem como as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e materiais empregados.

Critérios de Sustentabilidade:

1) Quando for convocado pela UFDPAr, como critérios de sustentabilidade, caberá ao fornecedor apresentar uma declaração de que atende a normas ambientais de descarte de lixo, e declarar que os bens serão, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada (preferencialmente uma única embalagem), com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

2) Apresentar, ainda como atendimento de critério de Sustentabilidade, uma declaração que assume a responsabilidade social na forma das leis:

I) A empresa não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (Declaração de menor);

II) A empresa não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal (Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado);

III) A empresa comprovar o cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Declaração de acessibilidade); e

IV) A empresa deve cumprir a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT (Declaração de cota de aprendizagem).

Ademais, a empresa deve cumprir também:

1. Cadastro regular no SICAF e ausência de impedimentos para contratar;
2. Certidões válidas previstas nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93 e no Edital;

Requisitos de Habilitação

Tendo em vista que a natureza do objeto não exige maior especialidade do fornecedor, o Tribunal de Contas da União entende que os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis, conforme decisões abaixo:

No presente caso, a modalidade de licitação e o pregão, e, de acordo com o Decreto nº 3.555/2000, art. 13, as exigências de habilitação devem seguir o disposto na Lei nº 8.666/1993, ou seja, os requisitos devem obedecer, exclusivamente, ao disposto no art. 27 e seguintes da Lei de Licitações. De acordo com Marçal Justen Filho [Pregão: (Comentários a legislação do pregão comum e eletrônico). 3ª Edição ver. e atual. De acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 - São Paulo: Dialética, 2004. Págs. 35, 74 e 91-95.], o pregão, por tratar-se de aquisições de bens e serviços comuns, pressupõe uma necessária simplificação decorrente da ausência de especificidade do objeto licitado, devendo, como regra, ser desnecessária a qualificação técnica para aquisição desses bens e serviços. Neste sentido, o autor lembra que "restringir o cabimento do pregão ao fornecimento de bens e serviços comuns significa, em última análise, reconhecer a desnecessidade de requisitos de habilitação mais severos. Ou seja, não foi casual a reserva do pregão apenas para bens e serviços comuns. Como esses bens estão disponíveis no mercado, segundo tendências padronizadas, presume-se não apenas a desnecessidade de maior investigação acerca do objeto. Também se pode presumir que objetos comuns não demandam maior especialidade do fornecedor. Logo, os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis." (Acórdão TCU nº 1729/2008 - Plenário). É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames. (Acórdão TCU nº 539/2007 - Plenário). As

exigências Editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. (Acórdão TCU nº110/2007 - Plenário).

Requisitos Obrigacionais:

1. Atender às solicitações nos prazos estipulados.
2. Aceitar o controle de qualidade realizado por laboratório oficial.
3. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela UFDPAr.
4. Disponibilizar os serviços 24 (vinte quatro) horas durante o expediente nas Capitais e Parnaíba/PI - Sede da UFDPAr, considerando que se trata de fornecimento de combustível imprescindível para abastecimento dos veículos durante os períodos de viagem a serviço da UFDPAr.
5. Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do contratante, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores.
6. Substituir, no prazo máximo de até 02 (duas) horas, a contar da data da notificação, os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para consumo.
7. Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do contratante.
8. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.
9. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida neste ETP e TR, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado.
10. Fornecer os materiais descritos nos respectivos grupos, com rapidez e eficiência.
11. Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação.
12. Atender as necessidades da UFDPAr com relatórios dos abastecimentos que atendam a Divisão de Transportes deste Órgão, no que se refere a migrações das informações disponibilizadas pela empresa contratada para o Sistema de Frota da UFDPAr, sem prejuízo de informações adicionais.

5. Levantamento de Mercado

Visa a prospecção de modelos de soluções existentes no mercado que atendam de forma eficiente, eficaz, sistemática, técnica, ecológica e econômica as necessidades da administração identificadas no escopo deste Estudo Técnico Preliminar para o fornecimento do objeto.

SOLUÇÃO 1: PROMOVER A AQUISIÇÃO DO MATERIAL DEMANDADO PELA ÁREA REQUISITANTE MEDIANTE EMPENHO IMEDIATO EM FAVOR DE FORNECEDOR SELECIONADO EM CERTAME LICITATÓRIO PREVIAMENTE REALIZADO;

DA JUSTIFICATIVA DA INVIABILIDADE DA SOLUÇÃO 1: Não existem, no âmbito do órgão, certames licitatórios previamente realizados que contemplem o material demandado pela área requisitante.

SOLUÇÃO 2 – UTILIZAR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DE CERTAME LICITATÓRIO REALIZADO POR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, MEDIANTE ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS COMO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, PARA VIABILIZAR A AQUISIÇÃO DO MATERIAL DEMANDADO PELA ÁREA REQUISITANTE.

DA JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE DA SOLUÇÃO 2: Em regra, a Administração deve realizar certames licitatórios para suprir as suas necessidades de aquisição de materiais ou contratação de serviços. Entretanto, observando-se o interesse público e outros preceitos, dentre eles, a vantajosidade econômica, a legislação vigente permite a realização de aquisições e contratações que são exceções à obrigatoriedade de licitar, como as decorrentes de utilização de ata de registro de preços oriunda de licitação realizada por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, conforme o disposto no Art. 22 do Decreto nº. 7.892/2013, que "Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993." Nessa hipótese de contratação, o órgão gerenciador da ata de registro de preços realiza todo o procedimento licitatório em consonância com a legislação vigente e princípios que regem as contratações públicas. Somente a contratação do fornecedor fica a cargo dos órgãos e entidades que não participaram do registro de preços o que diminui, consideravelmente, o prazo necessário para a execução do processo licitatório. Enquanto o processo licitatório demanda, no mínimo, 120 dias para ser concluído, o procedimento de contratação por meio de adesão a ata de registro de preços demanda, no máximo em média, 20 dias para ser concluído, o que proporciona maior celeridade e eficiência para a Administração. Além disso a adesão a ata de registro de preços viabiliza a utilização de recursos disponibilizados próximo ao encerramento do exercício financeiro. Se não houvesse essa modalidade de contratação, tais recursos poderiam ser restituídos ao Tesouro Nacional devido a falta de tempo hábil para a execução do rito licitatório.

SOLUÇÃO 3 – REALIZAR UM PROCESSO LICITATÓRIO PAR AQUISIÇÃO DO OBJETO DEMANDADO.

DA JUSTIFICATIVA DA INVIABILIDADE DA SOLUÇÃO 3: A proximidade do encerramento do exercício financeiro torna exíguo o prazo disponível para a execução dos procedimentos inerentes à realização de um novo certame licitatório e a respectiva aquisição do material demandado pela área requisitante.

Diante da necessidade da Divisão de Transportes da UFDPAr, e por ser mais rápido a tramitação do processo, o resultado da pesquisa mostrou que a solução mais adequada é Adesão a Sistema de Registro de Preços (SRP), regulamentado pelo Decreto n. 7.892/2013. Conforme o art. 3º, III, do citado decreto, o SRP poderá ser adotado "quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo".

6. Descrição da solução como um todo

A Comissão de Planejamento da Contratação tendo como escopo decisório a adequação orçamentária, o impacto financeiro, a economicidade, a qualidade técnica da solução, o impacto ambiental e social, decidiu pela adoção da modelagem de mercado da SOLUÇÃO 2, conforme item 5 acima, a qual compreende a aquisição dos materiais fazendo adesão "carona" de um pregão eletrônico de outro órgão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo estimado da contratação para atendimento das necessidades estão distribuídos por quantidades de consumo, com acréscimo de 10% em razão da variação de aumento de valores do combustível durante a vigência do contrato anterior (administrado pela UFPI), assim sendo, segue a planilha abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
	1	Serviços de gerenciamento	Serviço	42.000

1				
	2	Fornecimento de combustíveis	Serviço	420.000

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 482.000,00

O levantamento da estimativa do valor da contratação utilizou a metodologia preconizada na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020;

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Paineis de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - Pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	UASG: 194033 PE: 03/2022	UASG:393028 PE: 164/2022	UASG:114624 PE: 07/2022	Média
1	Serviços de gerenciamento	Serviço	42.000	R\$ 0,1199	R\$ 0,0100	R\$ 0,0002	R\$ 0,0434

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	UASG: 925866 PE: 21/2022	UASG:158154 PE: 63/2022	UASG:158146 PE: 48/2022	Média
2	Fornecimento de combustíveis	Serviço	420.000	5,2%	6,06%	4,91%	5,39%

Durante a execução da pesquisa acima descrita, foi encontrado o Pregão Eletrônico nº 03/2022 do Comando 6ª Região Militar, UASG 160036, com o objeto: Contratação dos serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis através de sistema informatizado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital. Desta feita, a Comissão de

Planejamento passou a considerar a possibilidade de ADESÃO ao citado pregão, pois ela proporciona prestação, celeridade e pronto atendimento à demanda dessa Instituição. No entanto, essa Adesão deve ser vantajosa para a UFDFPar, do ponto de vista do dispêndio financeiro necessário para a aquisição. Valor Médio Unitário das aquisições realizadas por outros entes públicos, conforme quadro acima: Item 1 = R\$ 0,0434; Item 2 = 5,39%. No entanto, o Pregão Eletrônico nº 03/2022 do Comando 6ª Região Militar, UASG 160036 tem o preço unitário registrado para o Item 1 = R\$ 0,01 e Item 2 = 4,18%.

Desta feita, verifica-se que o valor médio das aquisições/contratações similares realizadas por outros órgãos públicos é superior ao valor registrado na ARP vinculada ao Pregão 03/2022, ficando demonstrada que a aquisição através de adesão ao registro de preços do Comando 6ª Região Militar, UASG 160036 é vantajosa para a Administração desta IFES, gerando economia para a UFDFPar e, diante disto, justifica-se a Adesão ao Registro de Preços do citado órgão. O Valor Total da aquisição é de R\$ 482.000,00 (Quatrocentos e oitenta e dois mil reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Ressalta-se que o agrupamento do objeto é técnica e economicamente viável, em virtude da possibilidade de menor concentração da responsabilidade pela fiscalização contratual adequada da aquisição em um número menor de empresas, permitindo melhores resultados.

O não parcelamento do objeto em diversos itens, nos termos do art. 23, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, nesse caso, demonstra-se técnica e economicamente viável, já que o lote foi feito conforme natureza/característica do objeto, e não tem finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa tão somente assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também atingir a sua finalidade efetiva que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

Assim, entende-se que a execução da operacionalidade e gestão do contrato a ser celebrado, bem como a execução do objeto a ser adquirido, poderão ser prejudicados caso haja o parcelamento do objeto em vários itens, pois certamente tornará mais complexa a logística de execução dos mesmos, com dispêndio de mais capital humano e recursos financeiros para garantir a perfeita execução das atividades.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A Comissão de Estudo Técnico Preliminar, com base nas informações do órgão requisitante, definiu que para o fornecimento dos produtos/materiais não há necessidade de outras contratações adicionais.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A UFDFPar ainda se encontra em fase embrionária, com estrutura organizacional recém definida nos sistemas governamentais, sendo os cargos de direção e funções gratificadas ocupados há poucos meses. Desta forma, ainda não possui um PDI próprio. No entanto, a demanda em tela se faz necessária para garantir o abastecimento dos veículos, barcos e geradores de energia elétrica da UFDFPar, visando o pleno funcionamento das atividades da mesma. Portanto, diante do surgimento da demanda, não prevista no planejamento deste exercício, consta ausente do PAC.

No Documento de Formalização da Demanda, constou-se a justificativa para inclusão da demanda no Plano Anual de Contratações 2022. O Sistema PGC 2023, onde se faz a inclusão de demanda no PAC, está disponível no momento, viabilizando incluir a demanda na presente data.

A Administração deverá ficar atenta para fazer a inclusão do objeto no PAC 2022 em execução pelo sistema PGC 2023, se possível, antes da efetivação da contratação/empenho.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se proporcionar a continuidade do abastecimento dos veículos, barcos e geradores de energia elétrica da UFDPAr, visando a manutenção de um ambiente seguro, confortável e adequado às atividades laborais a todo o corpo funcional e demais usuários da UFDPAr, mantendo os veículos e as instalações em perfeito estado de funcionamento..

Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por esta UFDPAr, enfim primando pelo interesse público.

13. Providências a serem Adotadas

A Comissão de Estudo Técnico Preliminar, após a análise junto ao dirigente administrativo do órgão requisitante da UFDPAr, confirmou que já foram adotadas todas as medidas administrativas e de sistemas de controle indispensáveis ao perfeito e efetivo fornecimento dos produtos a serem contratados no âmbito de suas instalações administrativas. Desta forma, considerando o escopo da contratação, não haverá necessidade de adequações físicas para o fornecimento dos produtos/materiais, contudo, sugere-se a capacitação da equipe de gestão e fiscalização do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A Comissão de Estudo Técnico Preliminar, após a análise junto ao dirigente administrativo do órgão requisitante da UFDPAr, confirmou que inexistem riscos ambientais decorrentes dessa aquisição, visto que os cuidados com os resíduos e descartes das embalagens serão observados pelo setor responsável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

É viável a contratação, uma vez que a continuidade do abastecimento dos veículos, barcos e geradores de energia é vital para a UFDPAr. Essa contratação é de extrema importância para a continuidade da execução das atividades exercidas na UFDPAr, sejam elas, acadêmicas, laborais ou sociais.

A Comissão de Estudos Técnicos demonstrou ser viável do ponto de vista ambiental, técnico e econômico e social, cuja conclusão advinda passa a ser expostas:

Do Crivo da Viabilidade Ambiental - Os produtos a serem adquiridos possuem baixo impacto ambiental desde que o fornecedor atenda todos os requisitos legais de sustentabilidade ambiental, cujas exigências estão estabelecidas nos requisitos da contratação e nos objetivos a serem alcançados.

Do Crivo da Viabilidade Técnica - O produto a ser adquirido possui natureza de serviço/bem comum, visto que as especificações para o seu fornecimento estão objetivamente definidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, seguindo padrões usuais do mercado e comumente utilizados pela Administração Pública Federal. Por outro lado, assente-se o entendimento de que a comissão de Estudos Técnicos Preliminares procurou estabelecer exigências nas especificações dos produtos que assegurasse a qualidade dos mesmos a serem contratados sem, contudo, restringir a competitividade ou favorecer fornecedor específico mediante exigências excessivas que em nada se relaciona com a qualidade e com o nível de desempenho dos produtos a serem adquiridos.

Do Crivo da Viabilidade Econômica - Para a realização da aquisição de serviço/bem de natureza comum, adotou-se como referência a média de preços de três aquisições semelhantes realizadas por outros órgãos públicos, garantindo assim a definição da estimativa dos valores dos serviços/produtos em consonância com os valores de mercado.

Do Crivo da Viabilidade Social - Por este crivo a contratação atende ao interesse público mediante o cumprimento de todas as obrigações da Contratante por ocasião da celebração do Contrato, o que aumenta o respeito e a confiabilidade nas contratações públicas da UFDPAr.

16. Responsáveis

LEONARDO OLIVEIRA DE MIRANDA

Chefe da Divisão de Transportes

PAULO HENRIQUE MALVEIRA VASCONCELOS

Prefeito Universitário/UFDPAr

WALFRÂNIO FREIRE MORAES

Chefe da Divisão de Manutenção Predial